

## COMO DERROTAR A OPOSIÇÃO A MOORE\*

ERNEST SOSA

Rutgers University

Tradução: L. H. Marques Segundo

Universidade Federal de Santa Catarina/Universidade Federal de Ouro Preto

E-mail: [luizhelveciosegundo@gmail.com](mailto:luizhelveciosegundo@gmail.com)

Que relação modal um fato tem de manter com uma crença a fim de que tal crença constitua conhecimento desse fato? Os externistas têm proposto várias respostas, incluindo algumas que combinam o externismo com o contextualismo. Veremos que várias formas de externismo compartilham uma concepção modal de “sensitividade” vulnerável a sérias objeções. Felizmente, a atração intuitiva inegável dessa concepção pode ser explicada por uma noção facilmente confundida, mas preferível, de “segurança”. O desenrolar das nossas reflexões, por fim, será mostrar como a substituição da sensitividade pela segurança torna possível a defesa do senso comum mooriano modesto contra as vantagens espúrias a que as abordagens cética, rastreadora, das alternativas relevantes e contextualista alegam ter sobre ela.

### A. Sensitividade e Segurança

Uma crença de S de que  $p$  é “sensitiva” sse não fosse o caso que  $p$ , S não acreditaria que  $p$ . Esse conceito é importante numa linha de raciocínio desenvolvida por Dretske, Nozick e DeRose, dentre outros, à própria maneira de cada um deles. Ele permite a seguinte exigência. *Sensitividade*. Para constituir conhecimento uma crença tem de ser sensitiva. (Em vez disso, exige-se, às vezes, que a crença do sujeito seja sensitiva para a *atribuição* correta do “conhecimento” correspondente a esse sujeito. Embora daremos pouca atenção à essa formulação, muito daquilo que segue poderia ser reformulado em seus termos.)

Uma “alternativa” a uma proposição é qualquer possibilidade incompatível. (Dentre as verdades, apenas as contingentes têm alternativas, uma vez que nenhuma “possibilidade” possa ser incompatível com uma verdade necessária). “Excluir” tal alternativa é saber que ela não é o caso. O seguinte princípio de exclusão parece agora plausível:

---

\* “How to Defeat the Opposition to Moore”. *Philosophical Perspectives*, 13, 1999, pp. 141-153.

PE: Para se saber um fato P tem-se de excluir (*i.e.*, saber ser falsa) toda alternativa que se sabe ser incompatível com tal fato.

Isso cria um problema para a exigência de sensitividade. A minha crença de que

(o) eis aqui uma mão

poderia constituir conhecimento ainda que a minha crença de que

(¬h) não estou sendo tapeado por um gênio maligno em acreditar incorretamente que eis aqui uma mão

não seja sensitiva, a despeito do meu conhecimento de que <o> implique <¬h>. Mas se a minha crença de que <¬h> não é sensitiva, então a exigência de sensitividade impede o meu conhecimento de <¬h>, e, por conseguinte, a minha exclusão de <h>, que, em combinação com PE, por sua vez, impede o meu conhecimento de que <o>. Os defensores da abordagem das “alternativas relevantes”, os relevantistas, tomam isso como um incentivo para rejeitar o princípio PE em toda sua generalidade. Ao invés dele eles propõem o seguinte:

PE-rel: Para se saber um fato P tem-se de excluir toda alternativa *relevante* que se saiba ser incompatível com tal fato.

Assim, poder-se-ia saber que (o) eis aqui uma mão, a despeito de sermos incapazes de excluir a possibilidade hipotética de que (h) estou sendo tapeado por um gênio maligno, etc.; ou assim dizem os relevantistas. Substituir PE por PE-rel os permite rejeitar a exigência de se excluir <h>, caso eles possam marginalizar essa alternativa como irrelevante. Qual a diferença então entre alternativas relevantes e irrelevantes? O que torna uma alternativa irrelevante? Nenhuma resposta é amplamente aceita, mesmo entre os relevantistas, e a noção de relevância permanece obscura, sem que qualquer abordagem publicada tenha sequer mitigado essa obscuridade. (Não espero que os teóricos da relevância discordem radicalmente dessa estimativa; a desvantagem de um pensador é um outro problema em aberto desafiador a ser resolvido em seu devido tempo).

Eis uma abordagem alternativa.

Chame uma crença de S de que *p* “segura” sse: S acreditaria que *p* somente se fosse o caso que *p*. (De maneira alternativa, uma crença de S de que *p* é “segura” sse: S não acreditaria que *p*

sem ser o caso de que  $p$ ; ou melhor, sse: como questão de fato, embora talvez não como uma questão de necessidade estrita, S não acreditaria facilmente que  $p$  sem ser o caso que  $p$ ).

*Segurança*: Para (dizer corretamente que) constitui(r) conhecimento uma crença tem de ser segura (ao invés de sensitiva).

Embora semelhante à *Sensitividade*, a *Segurança* tem importantes vantagens.<sup>1</sup>

O princípio PE, por exemplo, não levanta à *Segurança* o mesmo problema que vimos levantar à *Sensitividade*. Suponha que a crença  $\langle o \rangle$  acima seja uma crença *segura*, e considere a proposição cética pareada  $\langle \neg h \rangle$  que alguém sabe ser implicada por  $\langle o \rangle$ . Embora a crença dessa pessoa de que  $\langle \neg h \rangle$  seja claramente não sensitiva, não parece completamente segura. Em outras palavras, ao contrário da sensitividade, a segurança é preservada sob essa implicação conhecida. Nenhuma crença constitui conhecimento a menos que seja segura, podemos agora dizer, permanecendo livres ainda para excluir tais cenários céticos que sabemos serem incompatíveis com algo que sabemos. Se você sabe que  $p$ , e sabe que alguém cenário  $\langle h \rangle$  é necessariamente incompatível com  $\langle o \rangle$ , você não é impedido pela exigência de segurança de excluir instruidamente esse cenário.

Substituir a exigência de sensitividade pela de segurança pode então permitir uma abordagem condicional do conhecimento sem a necessidade da distinção entre alternativas relevantes e irrelevantes. (Isso rebate pelo menos alguma base das alternativas relevantes).

## **B. O cético respondido: Moore, Nozick e DeRose**

No que se segue exploraremos a oposição ao senso comum mooriano baseada na sensitividade. Veremos que vários dos ataques mais fortes ao senso comum repousa essencialmente, de um modo ou de outro, em alguma exigência pressuposta de sensitividade. Substituir a sensitividade pela segurança minará num só golpe todos esses ataques.

Algumas abreviações primeiro:

h: Sou um cérebro numa cuba, sem mãos, sendo alimentado com experiência como se estivesse normalmente num corpo e situado.

o: Tenho agora mãos.

Eis então o “argumento da ignorância” do cético, AI:

1. Não sei que não-h.
2. Se 1, então c (abaixo).

## c. Não sei que o.

Isso apresenta a posição do cético. G. E. Moore, de sua parte, concede a premissa 2 ao cético, mas rejeita c e, portanto, 1. A posição de Nozick é diferente. Assim como Moore, ele rejeita c. Assim como o cético, ele afirma 1. Portanto, ele tem de rejeitar 2, cujo apoio é dado independentemente por sua abordagem do conhecimento como rastreamento. O rastreamento de fato não é preservado pela implicação, nem mesmo pela implicação conhecida. Alguém pode perfeitamente rastrear um fato P e falhar contudo em rastrear um fato Q que se sabe ser implicado por P. Já temos um exemplo: Sei que o (acima) implica não-h; mas rastreio a primeira sem rastrear a última.<sup>2</sup> Não é apenas Nozick que rejeita o fechamento sob a implicação conhecida; o relevantista também, para o qual para saber um fato X você não precisa saber, e geralmente não pode saber, a negação de uma alternativa que se sabe incompatível com X, na medida em que não for uma alternativa “relevante”.

A abordagem de Nozick implica uma conjunção considerada “abominável” (que não seria menos “abominável” se derivada da abordagem das alternativas relevantes): a saber, que sei que o sem saber que não-h.<sup>3</sup> A despeito de rejeitar a abordagem por essa razão, DeRose extraí dela um conceito central para a sua própria resposta contextualista ao cético, o de sensibilidade. Novamente, a crença de alguém de que  $\langle p \rangle$  é sensitiva se, e somente se, não fosse o caso que  $p$ , essa pessoa não acreditaria nela. A minha crença de que agora diante de mim está uma mão é uma crença sensitiva, uma vez que: *não* tivesse eu uma mão diante de mim, eu não acreditaria ter.<sup>4</sup>

A isso a resposta contextualista junta um segundo conceito central, o de “força da posição epistêmica de alguém”. A posição epistêmica de alguém no que diz respeito a P é mais forte quanto mais remotas forem as possibilidades minimamente remotas em que a crença dessa pessoa de que  $p$  não corresponde à realidade dos fatos.<sup>5</sup>

Esses dois conceitos permitem uma resposta distinta ao argumento AI (do cético). Não é o bastante, nos é dito, apenas selecionar alguma posição consistente frente às três proposições envolvidas: seja a posição mooriana, a do cético, a de Nozick ou a das alternativas relevantes. Qualquer que seja a posição escolhida, o tratamento apropriado do paradoxo exigirá que se explique também por que o argumento é tão plausível.<sup>6</sup> Em particular, precisaremos explicar por que a premissa 1 do argumento cético é tão plausível. O mooriano não satisfizeram essa exigência. E nem Nozick explicou apropriadamente o apelo de sua premissa rejeitada, a premissa 2, que se pode rejeitar apenas ao custo de se negar o fechamento do conhecimento sob a implicação (e dedução) conhecida.

DeRose satisfaz essa exigência explicativa através do seu novo contextualismo, de acordo com o qual se atribui corretamente o conhecimento de que O a S somente se a crença de S de que O for forte o suficiente de acordo com os padrões operativos. E o quão forte é “forte o suficiente”? O que estabelece o limite num dado contexto? Uma consideração crucial é certa saliência no contexto de alguma proposição H que alguém tem de sabidamente excluir a fim de saber O. Num contexto com H assim saliente, pode-se dizer corretamente que S “sabe” O somente se S evitaria o erro de correspondência crença/fato sobre O em que contam até mesmo as possibilidades minimamente remotas em que H (e não apenas não-O) é o caso. Mas no cenário cético H, S erraria tanto em acreditar que não-H quanto acreditar que O.<sup>7</sup>

De modo compatível, pode ainda ser verdadeiro dizer em contextos *comuns* que alguém “sabe” O: há pelo menos um livre de qualquer desafio cético. Em tais contextos, padrões mais relaxados permitem uma posição epistêmica forte o bastante para tornar verdadeira a alegação de que se “sabe” O. Pois agora é exigido apenas que alguém evite o erro de correspondência crença/fato de forma que seja forte o bastante para tornar sua crença sensitiva: *i.e.*, aquele que seria correto em qualquer possibilidade em que contam até mesmo as possibilidades minimamente remotas nas quais O fosse falsa.

Lembre-se de AI do cético:

1. Não sei que não-h.
2. Se 1, então c (abaixo).
- c. Não sei que o.

Três principais posições têm sido adotadas frente a AI:

Cético: 1, 2, c

Nozick, et al.: 1,  $\neg$ c,  $\neg$ 2

Moore: 2,  $\neg$ c,  $\neg$ 1

(Em que Nozick representa aqueles que negam o fechamento sob a implicação conhecida, que, novamente, inclui aqueles que optam pelas “alternativas relevantes”). DeRose tem algo de interessantemente novo a dizer sobre essa dialética ao distinguir se um argumento é em si sólido, enquanto um argumento abstrato, de se seria sólido endossá-lo.<sup>8</sup> Um argumento poderia ser endossado em qualquer dos três modos: (a) pela afirmação pública, (b) pelo pensamento consciente e ocorrente, e (c) pela crença implícita. O contextualismo de DeRose implica que o argumento de Moore não poderia ser corretamente endossado em pelo menos (a) e (b), e talvez nem mesmo em (c). Contudo, isso não afeta a solidez do argumento quando não endossado.

A solidez impropria do argumento de Moore é sutilmente interessante e bastante similar à verdade impropria de “Estou em silêncio”. Ela possibilita uma posição fascinantemente atrativa frente ao paradoxo cético. De acordo com o contextualismo de DeRose, a combinação mooriana (2,  $\neg c$ ,  $\neg 1$ ) pode ser um argumento abstratamente sólido quando comparado aos seus argumentos rivais favorecidos por Nozick e pelo cético; mas só pode assim permanecer ao custo de não ser proferido e não ser pensado.<sup>9</sup> A posição de Moore pode então ser correta embora não endossável. Se temos de tomar uma posição frente ao paradoxo, a do cético, a de Nozick ou a de Moore, então a opção correta é a do cético. Para DeRose apenas a posição do cético é que é sempre endossável, seja em que contexto for, visto que o seu próprio endosso muda o contexto de maneira a tornar o seu endosso correto.<sup>10</sup>

### C. Há uma via melhor

#### 1. *A sensibilidade não é necessária para o conhecimento*

A “sensibilidade” de uma crença de que  $p$  – de que não fosse o caso que  $p$  não se acreditaria nela – foi rejeitada anteriormente como uma condição necessária para a verdade da asserção de que alguém “sabe”  $P$ . O que se segue apoiará essa rejeição por mostrar que a exigência de sensibilidade enfrente contraexemplos simples e diretos.

Suponha primeiro que temos duas proposições como as seguintes: (a) a de que  $p$ , e (b) a de que não acredito incorretamente (falsamente) que  $p$ . É certo que ninguém minimamente racional e atento que acredite em ambas normalmente saberá uma sem saber a outra. Contudo, mesmo em casos onde a crença da pessoa em (a) é sensível, a sua crença em (b) poderia nunca ser sensível. Afinal, ainda que (b) fosse falsa, ela ainda acreditaria nela de todo jeito. Contudo, é bastante plausível que a asserção de que sei (b) poderia nunca ser verdadeira, nem mesmo nas muitas situações em que a asserção de que sei (a) *fosse* verdadeira.<sup>11</sup>

Segundo contraexemplo. No caminho para o elevador percebo um saco de lixo descendo pela calha do meu apartamento. Presumivelmente, sei que o meu saco estará em breve no porão. Mas e se, depois de solto, ele ainda (incrivelmente) não tivesse chegado lá? Isso talvez porque tenha de algum modo agarrado na calha durante a descida (uma ocorrência incrivelmente rara), ou algo do tipo. Mas nada disso poderia afetar a minha crença preditiva como a formo, de modo que eu ainda faria a previsão de que o saco chegaria em breve ao porão. A minha crença parece não ser sensível, portanto, mas de algum modo constitui conhecimento, e pode-se dizer corretamente que é.<sup>12</sup>

Terceiro, a sensibilidade é duvidosa como condição para que corretamente digamos que temos conhecimento de qualquer verdade apoditicamente necessária  $A$ , dado o quão difícil

seria dar sentido à suposição de que não-A. Esse problema leva o próprio Nozick a abandonar a condição de sensibilidade para tais verdades.

## 2. Melhor seguro do que sensitivo

Esses problemas para a sensibilidade não afetam a nossa “segurança”. Uma crença é sensitiva sse tivesse ela sido falsa, S não a teria sustentado, ao passo que uma crença é *segura* sse S não a teria sustentado sem que ela tivesse sido verdadeira. Em suma: a crença B de S de que ( $p$ ) é sensitiva sse  $\neg p \rightarrow \neg B(p)$ , ao passo que a crença de S é segura sse  $B(p) \rightarrow p$ . Essas condicionais subjuntivas não são equivalentes, uma vez que não se contrapõem.<sup>13</sup>

DeRose fornece uma defesa persuasiva da ideia de sensibilidade comum a várias formas de oposição à Moore com base na sensibilidade: a saber, as abordagens cética, rastreadora, das alternativas relevantes, e contextualista que compartilham alguma forma de comprometimento com essa exigência. Essa ideia apóia a correção do cético na afirmação da primeira premissa de AI. As alegações comuns de conhecimento podem aparentemente ser sustentadas apenas ao distinguirmos os contextos comuns nos quais tais alegações são feitas dos contextos nos quais o cético asseire a sua distinta premissa enquanto fornece o argumento AI. Com essa diferença em contexto vem uma diferença em padrões, e por causa dessa diferença é incorreto dizer num contexto cético que alguém sabe  $o$ , ainda que seja correto dizê-lo num contexto comum.

Essa resposta ao cético enfrenta um problema. Nozick e DeRose argumentam que a sensibilidade é uma condição necessária para as atribuições corretas de conhecimento. A exigência de que uma crença tem de ser sensitiva para que seja (corretamente caracterizável como) “conhecimento” é em ampla medida *prima facie* plausível: em muitos casos parece intuitivo que a falha de uma crença ser considerada (corretamente caracterizável como) “conhecimento” pode ser explicada pelo fato de que a crença seria formada ainda que fosse falsa (em circunstâncias determinadas pelo contexto de atribuição). O problema para esse modo de argumentar é que uma explicação alternativa é igualmente adequada para casos indisputados (indisputado, por exemplo, entre o mooriano que rejeita a característica premissa 1 e o contextualista que está disposto a afirmá-la). De acordo com essa explicação alternativa, o que (a atribuição correta de) “conhecimento” exige é a segurança, uma exigência que é violada nos casos comuns citados, nos quais o sujeito não sabe. A pessoa não “sabe” naqueles casos, diz-se, porque a sua crença não é segura. Suponha que isso se generalize a todos os casos incontroversos aduzidos pelo contextualista em favor da sua exigência de sensibilidade. Suponha que em todos os casos a condição exigida pudesse ser também a de segurança assim como a de sensibilidade. E suponha, além disso, que os problemas brevemente apresentados para a sensibilidade não afetam a segurança, como afirmei. Se assim for, então não se pode

apoiar diferencialmente a sensibilidade como a condição correta em apoio à principal premissa do cético.

Eis o resultado interessante: se optamos pela segurança como a condição correta, então uma postura mooriana é defensável, e evitamos o ceticismo.<sup>14</sup> Isto é, satisfaz-se a exigência de que a crença de alguém de que não-*h* seja segura: afinal, essa pessoa não *acreditaria* facilmente que não-*h* (que não foi tão radicalmente enganada) sem que fosse verdadeira (o que não é dizer que talvez não *pudesse* acreditar que não-*h* sem que fosse verdadeira). No mundo efetivo, e a uma distância razoável do mundo efetivo, até mundos possíveis bastante remotos, a nossa crença de que não estamos sendo radicalmente enganados se adéqua ao fato de estarmos sendo ou não radicalmente enganados.<sup>15</sup>

#### **D. Uma posição mooriana defendida**

Uma última tarefa completa a nossa defesa da posição mooriana. Lembre-se da exigência convincente de que um tratamento integralmente adequado do paradoxo nos explica por que a componente do paradoxo rejeitada por ele parece tão plausível. Poderíamos tentar satisfazer essa exigência explicando a garantia do cético em estar correto ao afirmar sua premissa característica (embora fiquemos alegremente surpresos que ainda possamos “saber” comumente que temos mãos, etc.). Essa é a abordagem contextualista que acabamos de considerar.

Em seu contexto especial, com os padrões elevados, a principal premissa do cético se torna *verdadeira*. Contudo, não é *preciso* explicar a plausibilidade em termos de *verdade*. Muitas coisas falsas são plausíveis e podemos explicar por que são plausíveis sem ter de considerá-las verdadeiras. É-nos dito que a todo tempo nos deparamos com ilusões, das modestas ilusões perceptuais e cognitivas que interessam aos psicólogos às ilusões mais significativas supostas por Freud e Marx. Em todos esses casos podemos dizer que a ilusão explica a plausibilidade. (Poder-se-ia, contudo, preferir entender a ilusão como uma plausibilidade ilegítima, de modo que a plausibilidade seja *constitutiva* da ilusão, o que, portanto, não pode explicá-la de fato; ainda assim, em todos esses casos de ilusão poderíamos explicar por que algo nos parece tão plausível a despeito de ser falso).

Considere, além disso, a necessidade de explicar como a premissa do cético – de que não sabemos que não estamos sendo radicalmente enganados, etc. – é tão plausível. Essa exigência tem de ser balanceada por uma exigência igualmente relevante e convincente: a saber, uma que explique como essa premissa é tão *implausível*.<sup>16</sup> A muitos de nós não parece tão uniformemente plausível que não se possa dizer corretamente que alguém saiba que neste exato momento não esteja encubado tendo as experiências estimuladas. Assim, a exigência

explicativa é na verdade mais complexa do que parece à primeira vista. E dado a distribuição de intuições aqui, o contextualista e o nozickano, et. al. ainda nos devem uma explicação.

De modo interessante, a nossa distinção entre sensibilidade e segurança pode nos ajudar a satisfazer a demanda explicativa mais complexa de maneira compatível com a posição mooriana a qual adoto. A minha explicação predileta pode ser esboçada como se segue.

- a. A segurança é que é exigida para o conhecimento (e para a sua atribuição correta), e não a sensibilidade. Exige-se que  $B(p) \rightarrow p$ , e não que  $\neg p \rightarrow \neg B(p)$ .<sup>17</sup>
- b. Considere a nossa crença de que não estamos sendo radicalmente enganados como num cenário cético como *h*. Uma vez que essa crença *for* segura, o cético não pode argumentar a favor de sua premissa característica alegando que aqui nós violamos a exigência de segurança.
- c. A segurança e sensibilidade, sendo contrapositivas mútuas, são facilmente confundidas, de modo que é fácil confundir a exigência correta de segurança (para o conhecimento e para sua atribuição correta) com uma condição de sensibilidade. É fácil negligenciar que essas condicionais subjuntivas não se contrapõem.
- d. Aqueles que acham plausível a premissa característica do cético *com base em considerações de sensibilidade* podem por isso confundir a sensibilidade com a segurança, e podem, com base nisso, avaliar como corretas as afirmações dessa premissa. Afinal, a exigência de segurança é bem apoiada pelos tipos de considerações aduzidas geralmente pela oposição a Moore baseadas na sensibilidade. Sendo a sensibilidade tão similar à segurança, e tão fácil de confundir, não é surpresa que alguém achasse a sensibilidade tão plausível a ponto de confundir-se e avaliar como corretas as afirmações daquela premissa.
- e. A plausibilidade da premissa do cético é então explicada de maneira compatível com a sua falsidade, o que se adéqua à posição mooriana. Uma vez rejeitada tal premissa (a premissa 1 de AI), finalmente, duas outras coisas estão então disponíveis: primeiro, pode-se evitar as conjunções “abomináveis” e ainda assim preservar o nosso conhecimento comum; segundo, ao fazer isso pode-se evitar tanto a ascensão semântica e a virada contextualista favorecida por muitos tratamentos recentes do paradoxo.<sup>18</sup>

Desse modo, uma epistemologia mooriana pode se defender contra objeções “baseadas na sensibilidade”, sejam elas oferecidas pelo cético, pelo nozickano et al., ou pelo contextualista. Todas essas três alternativas a uma posição mooriana modesta exigem que para que uma crença seja corretamente caracterizável como “conhecimento” ela tem de ser “sensitiva”. Rejeitamos essa exigência e, por isso, apoiamos a nossa alternativa mooriana predileta.

Claramente, tudo que realmente precisamos para explicar a plausibilidade da premissa do cético é que ela se siga de algo bastante plausível. E a exigência de sensibilidade pode talvez cumprir esse papel bastante bem independentemente de ser confundida com a exigência de

segurança. Mas isso ainda deixaria em aberto a questão de por que a sensibilidade é tão plausível ainda que falsa. E aqui pode ainda haver um papel para a segurança caso ela possa funcionar como uma exigência bastante plausível, uma exigência tanto verdadeira e defensável pela reflexão, e que nos seja atraente simplesmente pela nossa capacidade de discernir a verdadeira da falsa em tais questões *a priori*. Compatível com isso, alguns de nós pode se enganar a aceitar a exigência de sensibilidade porque ela é muito facilmente confundida com a exigência correta, a de segurança, sucumbindo, assim, a uma ilusão cognitiva.<sup>19</sup>

## E. Objeções e respostas

### *Objeção 1*

Temos diante de nós uma explicação de por que as pessoas acham tão plausível não sabermos estar livres de tais cenários céticos como o do gênio maligno e o do cérebro numa cuba. Mas como explicaríamos em que medida as pessoas acham plausível pensar que não sabemos coisas comuns tais como que temos mãos, uma vez expostas ao raciocínio cético? O contextualista tem uma vantagem nesse caso?

### *Resposta*

Se as pessoas estão persuadidas de que uma crença pode equivaler a conhecimento somente se for sensível, e estão também persuadidas de que aquilo que obviamente se segue daquilo que é conhecido tem de ser conhecido, então não é surpreendente que quebrem a cabeça sobre como poderiam saber que têm mãos se não sabem que não estão encubados sem as suas mãos, etc. Além do mais, não vejo por que o nosso novo contextualista devesse levar qualquer vantagem aqui, uma vez que ele aceita que aquilo que obviamente se segue do conhecido tem de ser conhecido. Assim, o novo contextualista de fato nos concede aquilo que precisamos para a nossa explicação.

### *Objeção 2*

A exigência de segurança não compartilha com a exigência de sensibilidade a desvantagem de tornar o conhecimento não fechado sob dedução? Não poderíamos, então, saber que  $p$ , deduzir que  $q$  a partir da premissa de que  $p$ , e contudo não saber que  $p$ ?

### *Resposta*

Sim, de fato essa é uma razão pela qual a nossa abordagem da segurança é apenas uma primeira aproximação. Eis uma aproximação. O que se exige para que uma crença seja segura não é apenas que seria sustentada somente se verdadeira, mas antes que seja baseada numa indicação confiável. O que conta como tal indicação? As indicações são informações comunicadas [*deliverances*], como quando você ostensivamente percebe, ou lembra, ou deduz uma coisa a partir de outra. Uma *informação comunicada* no sentido de produto é uma

proposição, *i.e.*, aquilo que é comunicado; no sentido de processo é aquilo que comunica [*delivering*]. Uma proposição então lhe é comunicada quando algo lhe inclina a acreditar nela, como na percepção ostensiva, na memória, ou na conclusão sólida. Tal informação comunicada é uma indicação se, e só se, for baseada numa indicação confiável. E é essa segurança mais complexa que é exigida para o conhecimento, não a mais simples que ofereci em comparação à sensibilidade de Nozick/DeRose. Certamente que essa exigência de sensibilidade é também uma primeira aproximação, e Nozick tem o recurso a seus “métodos” para a sua abordagem completa. Assim, não há desvantagem no que diz respeito à complexidade para a segurança quando comparada com a sensibilidade.<sup>20</sup>

---

<sup>1</sup> As condicionais subjuntivas não se contrapõem, o que faz com que a segurança e a sensibilidade não sejam equivalentes, como podemos ver nos seguintes contraexemplos.

*Primeiro Argumento.* Seja

f = A água escorre pela torneira  
o = O registro está aberto

Temos então:

- (a)  $f \rightarrow \neg(f \ \& \ \neg o)$
- (b)  $\neg[(f \ \& \ \neg o) \rightarrow \neg f]$

Tanto (a) e (b) parecem intuitivamente corretas e por isso constituem contraexemplos *prima facie* à afirmação geral que a condicional subjuntiva se contrapõe. Se a condicional subjuntiva se contrapõe, então temos de dizer que se (a) acima é verdadeira, então a seguinte tem de ser verdadeira:

- (c)  $(f \ \& \ \neg o) \rightarrow \neg f$

Mas (c) parece intuitivamente inaceitável (ao passo que (a) ainda parece intuitivamente aceitável).

*Segundo Argumento.* Seja

p = Não estou errado ao pensar que tenho uma mão diante de mim.

E imaginemos uma situação normal, como a de Moore, em que, estando desperto, alerta, etc., alguém levanta a própria mão diante de si. Temos então:

- (a)  $B(p) \rightarrow p$
- (b)  $\neg[\neg p \rightarrow \neg B(p)]$

Sobre (a): se eu acreditasse que não estou errado em pensar que tenho uma mão diante de mim, então eu não estaria errado em pensar assim certamente, dada a situação normal, a boa iluminação, os olhos abertos, etc. Em tal situação uma pessoa acreditaria que não está errada em pensar que tem sua mão diante de si somente se (i) não tivesse uma mão diante de si e não pensasse que tivesse, ou (ii) tivesse uma mão diante de si e pensasse que *tivesse* – portanto, somente se não estava errado em pensar que tinha uma mão diante de si. Assim, temos que  $B(p) \rightarrow p$ . Sobre (b): se eu estivesse errado em pensar que tenho uma mão diante de mim, então eu acreditaria que estivesse errado ao pensar assim? Não, eu nunca acreditaria que estava errado em pensar que tal e tal, não importa que “tal e tal” fosse. Na verdade, eu acreditaria que eu *não* estava errado em pensar que tinha uma mão diante de mim. Assim, em qualquer caso, seria falso que  $[\neg p \rightarrow \neg B(p)]$ , e verdadeiro, ao invés, que  $\neg[\neg p \rightarrow \neg B(p)]$ . Isso mostra novamente que a condicional subjuntiva não se contrapõe.

<sup>2</sup> As expressões da forma “<p>” resumirão as expressões correspondentes da forma “a proposição de que p”. A caixa-alta será também usada como mecanismo alternativo equivalente a tal.

<sup>3</sup> Keith DeRose, “Solving the Skeptical Problem”, *The Philosophical Review* 104 (1995): 1-52; p. 28.

<sup>4</sup> DeRose geralmente trabalha com uma ideia mais forte de “insensitividade” do que a de Nozick (ou a que eu próprio estou usando). A sua concepção mais forte é esta: que se não fosse o caso que  $p$ , o sujeito não *acreditaria* que  $p$  de qualquer modo. Eis a mais fraca: que se é falso que  $p$ , o sujeito *não acreditaria* que  $p$ . (Parece-me que a concepção mais forte implica a mais fraca, mas não conversamente. Contudo, DeRose não as distingue prontamente, e disse-me estar inclinado a tomá-las como equivalentes). Não penso que isso afete a dialética de modo a prosseguirmos de qualquer maneira fundamental.

<sup>5</sup> “Uma importante componente de se estar numa posição epistêmica forte em relação a P é ter a crença de que P é verdadeira correspondendo ao fato de que P é verdadeira não apenas no mundo efetivo, mas também nos mundos suficientemente próximos ao mundo efetivo. Isto é, a crença do sujeito não deveria ser apenas verdadeira, mas deveria ser não-acidentalmente verdadeira, o que requer que a sua crença corresponda ao fato nos mundos próximos. Quanto mais distante do mundo efetivo, ainda que seja o caso de a crença do sujeito corresponder aos fatos nos mundos distantes e mais próximos, mais forte será a posição do sujeito em relação a P.” *Ibid.* p. 34.

<sup>6</sup> Aqui e em sua apresentação geral do puzzle cético, DeRose credita Stewart Cohen; veja, *e.g.*, “How to be a Fallibilist”, *Philosophical Perspectives* 2 (1988): 91-123.

<sup>7</sup> De acordo com a “Regra de Sensitividade”, restrita de modo a torná-la diretamente relevante ao paradoxo cético: “Quando se asserte que algum sujeito S sabe (ou não sabe) alguma proposição P, os padrões para o conhecimento (os padrões para o quão boa uma posição epistêmica alguém tem de estar para ser considerado como sabendo) tendem a ser elevados, se necessário, a um nível tal que exige que a crença de S em P seja sensitiva para contar como conhecimento”. E isso também afetará os padrões para a avaliação das proposições comuns apropriadamente relacionadas: “Quando a P envolvida for usado para dizer que a hipótese cética não foi obtida, então essa regra dita que os padrões serão elevados a um nível bastante alto, pois, como vimos, o sujeito tem de estar numa posição epistêmica mais forte em relação a uma proposição que afirme que uma hipótese cética seja falsa – relativo a outras proposições mais comuns – antes que uma crença em tal proposição possa ser sensitiva.” (p. 36)

<sup>8</sup> A sua abordagem é nova ao apelar à imposição de um limiar na dimensão da *força*, o que o distingue de Stewart Cohen, que usa ao invés graus de *justificação* como sua dimensão do interesse epistêmico relevante.

<sup>9</sup> DeRose fala dos componentes de AI como “proposições”, proposições presumivelmente indexicais, cuja verdade pode ser avaliada relativo a vários padrões. É desse modo que poderíamos entender a solidez abstrata de um argumento como o de Moore:  $\neg C, 2,;$  portanto,  $\neg 1$ .

<sup>10</sup> Embora permaneça pouco claro se, para o contextualismo em questão, o argumento de Moore é não-endossável, mesmo através da crença implícita, as linhas gerais da posição delineada são pelo menos vagamente discerníveis. Há uma outra questão sobre a qual a posição não é completamente clara e distinta, porém, a saber, se estamos definitivamente a afirmar que a combinação mooriana é um argumento sólido. Não encontrei um veredito que não seja ambíguo sobre isso. É o tipo de endosso indireto envolvido em tal afirmação – que estaria a ser favorecido por esse novo contextualismo? Ao *dizer* que a combinação de Moore (2,  $\neg c$ , e  $\neg 1$ ) constitui um argumento sólido, estamos pelo menos indiretamente realçando a proposição 1. E tendo feito isso, já não parece mais correto dizer que o argumento mooriano é sólido do que seria oferecer o argumento afirmativamente na fala ou no pensamento.

Da perspectiva do nosso novo contextualismo, isso pode tornar o paradoxo cético ainda mais profundamente paradoxal do que poderia parecer à primeira vista. Vimos vagamente que um argumento poderia ser sólido ainda que nunca pudesse ser diretamente identificado de modo que se lhe atribua sua solidez. A sua solidez pudesse talvez lhe ser atribuída tivesse sido identificada apenas de um modo bastante indireto, talvez como o argumento exposto em tal e tal página do *Philosophical Papers* de Moore, ou algo parecido. Tão logo que o argumento é identificado mais diretamente em termos de seu real conteúdo, porém, já não se pode lhe atribuir a solidez. (O quão “diretamente” pode o argumento ser especificado para ser pensado ou chamado de sólido de maneira compatível? Essa é uma interessante questão que ameaça nos envolver em controvérsias sobre o externismo quanto ao conteúdo na filosofia da linguagem e da mente).

<sup>11</sup> Veja o meu pós-fácio a “Proper Functionalism and Virtue Epistemology” em *Warrant in Contemporary Epistemology*, ed. Por Jonathan Kvanvig (Rowman & Littlefield, 1996), pp. 271-81. Pode alguém achar essa consequência aceitável? Na verdade, DeRose está bastante ciente desse problema, e o deixa para consideração futura, propondo nesse meio-tempo um tapa-buraco *ad hoc*. Esse problema é antecipado no “Tracking, Closure, and Inductive Knowledge” de Jonathan Vogel em S. Luper-Foy, ed., *The Possibility of Knowledge* (Rowman & Littlefield, 1987). Compare, além disso: (c)  $p$ , e (d) se não estou errado,  $p$ . Ainda que alguém rastreie e, por isso, possa saber que  $p$ , não poderia nunca rastrear algo como (d), precisamente pela razão de que a crença em (d) não poderia ser sensitiva. Esse tipo de contraexemplo, ao contrário do a seguir, soa-me conclusivo.

<sup>12</sup> Esse tipo de problema é também apresentado por Vogel, *op. cit.*, e endossado por Stewart Cohen em seu “Contextualist Solutions to Epistemological Problems: Skepticism, Gettier, and the Lottery”, *Australasian Journal of Philosophy*.

<sup>13</sup> Se escorresse agora água da torneira da sua conzinha, *não* seria então o caso que a água assim escorreu enquanto ela estivesse fechada. Mas a contrapositiva dessa condicional verdadeira é claramente falsa.

<sup>14</sup> Que dizer que *nós*, em nossas reflexões e discussões em revistas e seminários, evitamos o ceticismo; podemos dizer aqui e agora que sabemos várias coisas, e não apenas que dizemos “Eu sei” corretamente em vários contextos que não são os nossos agora.

---

<sup>15</sup> Esse tipo de manobra externista tem sido considerada amplamente como inaceitavelmente circular, de modo errado, como me parece.

<sup>16</sup> Uma pesquisa informal com meus alunos revelou (claro de que maneira revogável) que aqueles que a acham falsa excedem aqueles que a acham verdadeira, e apenas muitos poucos preferem suspender o juízo. A cada estágio as pessoas divergiam em algum padrão tripartite acordo-falha.

<sup>17</sup> Essa é na verdade uma primeira aproximação que precisará ser qualificada. Uma maior aproximação que preserva o espírito da segurança e a oposição à sensibilidade pode ser encontrada no meu “How Must Knowledge Be Modally Related to What is Known?” no *Philosophical Issues*. (Devo enfatizar que uso a seta como mero dispositivo de abreviação. Assim, “ $p \rightarrow q$ ” abrevia algo como “Com questão de fato, embora talvez não uma questão de estrita necessidade, não seria o caso de que  $p$  sem que também fosse o de que  $q$ ”, etc.; ou, talvez melhor: “Como questão de fato, embora talvez não uma questão de estrita necessidade, não seria facilmente o caso que  $p$  sem ser o caso que  $q$ ”).

<sup>18</sup> Uma virada considerada problemática no meu “Contextualism and Skepticism”, *Philosophical Issues*.

<sup>19</sup> Nem preciso dizer o quanto este trabalho deve aos escritos de Dretske, Robert Nozick e Keith DeRose. Partes dele foram lidos na encontro Conference on Methods em maio de 1998, onde Richard Feldman e Jonathan Vogel comentaram, e no encontro SOFIA, em junho de 1998, onde Hilary Kornblith, Keith Lehrer e James Tomberlin o fizeram. (E o presente artigo se sobrepõe em parte à minha contribuição aos anais dessa conferência). David Sosa ajudou-me editorial e filosoficamente, assim como as discussões em meu seminário e meu grupo de orientandos na Brown, e no seminário Gibbons/Unger na NYU. Obrigado a todos!

<sup>20</sup> Na verdade, essa segunda aproximação chega perto mas precisa de alguma melhora. Essa e outras questões relacionadas são retomadas no meu “How Must Knowledge Be Modally Related to What is Known”, *op. cit.* Por exemplo, favoreço a exigência para uma crença ser conhecimento que seja baseada numa indicação, na qual a indicação é da maneira especificada uma comunicação confiável ou “segura”. (Além do mais, a comunicação tem de ser fundamentalmente através de uma virtude intelectual. Assim, a fonte que produz a comunicação tem de ser virtuosa, *i.e.*, uma fonte de verdade confiável ou fidedigna; ademais, se for uma fonte baseada numa fonte mais fundamental, então a fonte mais fundamental tem de ser também virtuosa. Assim, se normalmente infiro que algo é um mamífero a partir do fato de ser uma criatura do mar, e é isso que subjaz à minha inferência de algo ser um mamífero a partir do fato de ser uma baleia, então essa última fonte, a despeito de ser virtuosa, não é uma fonte de conhecimento ou uma crença apta).